

INSTITUTO J&F (Anteriormente denominado
INSTITUTO GERMINARE)

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021

INSTITUTO J&F (Anteriormente denominado INSTITUTO GERMINARE)

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Administradores do
Instituto J&F (Anteriormente denominado Instituto Germinare)
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto J&F ("Instituto") (Anteriormente denominado Instituto Germinare), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto J&F em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no código de ética profissional do contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de junho de 2022.

Instituto J&F (Anteriormente denominado INSTITUTO GERMINARE)

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO			
	Nota	31.12.21	31.12.20		Nota	31.12.21	31.12.20
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.207	18	Fornecedores	10	7.599	1.943
Estoque		36	6	Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	11	10.638	2.782
Adiantamento à fornecedores	6	738	405			<u>18.237</u>	<u>4.725</u>
Outros ativos circulantes	7	711	789				
		<u>2.691</u>	<u>1.218</u>				
NÃO CIRCULANTE				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Depósitos, cauções e outros		78	54	Patrimônio social		8.425	8.425
Imobilizado	8	79.003	18.550	Superavit (Déficit) do exercício		52.145	(1.161)
Intangível	9	3.717	9	Fundo de reserva estatutária		6.682	7.842
		<u>82.798</u>	<u>18.613</u>			<u>67.252</u>	<u>15.106</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>85.489</u></u>	<u><u>19.831</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>85.489</u></u>	<u><u>19.831</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituto J&F (Anteriormente denominado INSTITUTO GERMINARE)

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	31.12.21	31.12.20
RECEITA OPERACIONAIS		102.742	23.697
Sem Restrição			
Receitas com doações	14	102.328	23.504
Receita com trabalho voluntário	3. (2)	384	120
Receitas financeiras	17	30	73
		<u>102.742</u>	<u>23.697</u>
CUSTO E DESPESAS OPERACIONAIS			
Com Programas (Atividades)			
Educação	15	(44.421)	(13.740)
RESULTADO BRUTO		<u>58.321</u>	<u>9.957</u>
DESPESAS OPERACIONAIS		<u>(6.176)</u>	<u>(11.119)</u>
Pessoal	16	(3.117)	(2.831)
Outras despesas	16	(640)	(6.973)
Despesa com trabalho voluntário	3. (2)	(384)	(120)
Depreciação	16	(2.011)	(1.188)
Despesas financeiras	17	(23)	(6)
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO		<u>52.145</u>	<u>(1.161)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituto J&F (Anteriormente denominado INSTITUTO GERMINARE)

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	31.12.21	31.12.20
Superávit (Déficit) do exercício	52.145	(1.161)
Total do resultado abrangente do exercício	52.145	(1.161)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituto J&F (Anteriormente denominado INSTITUTO GERMINARE)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais)

	Patrimônio Social	Fundo de reserva estatutária	Superávit (Déficit) acumulado	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	8.425	7.842	-	16.267
Déficit do exercício	-	-	(1.161)	(1.161)
Incorporação do déficit do exercício	-	(1.161)	1.161	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	8.425	6.681	-	15.107
Superávit do exercício	-	-	52.145	52.145
Incorporação do superávit do exercício	52.145	-	(52.145)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	60.570	6.681	-	67.252

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituto J&F (Anteriormente denominado INSTITUTO GERMINARE)

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (Déficit) do exercício	52.145	(1.161)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas		
. Baixa de ativo imobilizado e intangível	268	-
. Depreciação e amortização	2.011	1.188
	54.424	31
Redução (aumento) em ativos		
Outros ativos circulantes e não circulantes	(283)	(73)
Depósitos, cauções e outros	(24)	(54)
Despesas antecipadas	-	1.846
Aumento (redução) em passivos		
Fornecedores	5.656	1.280
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	7.856	1.570
Caixa líquido originado das atividades operacionais	67.629	4.599
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(66.440)	(5.020)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(66.440)	(5.020)
Variação líquida no exercício	1.188	(421)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	18	439
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.207	18

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

O Instituto J&F (antes Instituto Germinare) é uma associação civil sem fins econômicos (lucrativos), de caráter social, educacional, cultural, artística, esportiva, ambiental, científica e tecnológica, saúde pública e de promoção social, regida pelo Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, com sede e foro em São Paulo, Brasil.

Foi constituído e fundado em janeiro de 2009, com a missão de formar jovens administradores de negócios, por meio de uma educação única, gratuita e em período integral, que oferece conhecimento em gestão de negócios através de aulas teóricas com professores altamente qualificados e vivências com profissionais que atuam no mundo corporativo, oportunidade de experiências práticas através de estágios remunerados no Ensino Médio e o desenvolvimento de competências de liderança, visão sistêmica, foco no resultado, capacidade de inovação e conduta ética. Além do ensino sem custo, os alunos recebem alimentação, uniforme e material didático.

Através de sua Escola de Negócios, que é aprovada pelo Ministério da Educação (MEC), o Instituto J&F oferece um ensino diferenciado para os alunos todos os anos, que ingressam no 6º ano do Ensino Fundamental e estudam até a 3ª série do Ensino Médio, que é integrado com o Técnico em Administração de Empresas. Em seu primeiro ano letivo, que foi em 2010, a Escola iniciou as suas atividades contando com 180 alunos, atingindo em 2021 um total de 680 alunos. Já concluiu 7 turmas no Ensino Médio (2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021), formando 354 jovens talentos, sendo que a grande maioria já ingressou no mercado de trabalho com carteira assinada e em faculdades renomadas.

Os estudantes ingressam no Instituto J&F entre 10 e 11 anos, no 6º ano do Ensino Fundamental, através da participação em um Processo de Admissão, que visa identificar jovens potenciais que sonham em ser administradores de negócios e que tenham aderência aos valores do Instituto. O Processo de Admissão acontece anualmente e são elegíveis os candidatos que estejam cursando e devidamente matriculados no 5º ano do Ensino Fundamental. O reconhecimento da sociedade em relação ao projeto pode ser confirmado através da alta demanda de inscrições, que somam mais de 20.500 candidatos, considerando o período de 2009 a 2021.

O Instituto J&F já investiu mais de R\$ 230 milhões, desde a sua fundação, e promove desta forma, em caráter filantrópico e beneficente, atividades no setor educacional para jovens talentos, que de outra forma não teriam a oportunidade de desenvolverem seus potenciais, pois o propósito de capacitação desta Escola de Negócios é único no sentido de não subestimá-los, considerando que os alunos têm acesso a um conhecimento e experiência diferenciados e são apresentados desde cedo para o mercado de trabalho, permitindo assim que a sua formação seja competitiva em relação aos demais jovens. O Instituto J&F tem como foco o investimento em educação, isto porque os seus fundadores acreditam que este é o principal pilar de transformação de qualquer sociedade.

O Patrimônio Social, representado por recursos financeiros e bens imobilizados, foi majoritariamente doado pela sua mantenedora JBS S.A., dentre outras empresas privadas e pessoas físicas.

Todos os recursos recebidos foram aplicados nas finalidades operacionais do Instituto J&F, em conformidade com o Estatuto Social, através de capitalizações em investimentos patrimoniais e pagamentos de despesas, conforme verifica-se na demonstração do resultado.

O Instituto é isento do recolhimento do Imposto de Renda e da Contribuição social, com base na isenção tributária prevista na Lei nº 9.532/97.

Em 01 de junho de 2018 a Entidade obteve o Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social (CEBAS), com validade até 31/05/2021, conforme publicado no Diário Oficial da União no dia 01/06/2018. Mediante processo nº 2300000767658201371, portanto usufrui das isenções das Contribuições Sociais (INSS e PIS sobre folha). Este benefício encontra-se em fase de renovação com o seguinte número de protocolo: 23000008554202193 em data de 05/04/2021, feito de forma tempestiva na qual assegura o Instituto os benefícios já contemplado na certificação existente até que o MEC se manifeste sobre o protocolo integrado, até a presente data o mesmo se encontra com o Status de "em renovação" em consulta no portal do governo federal que pode ser consultado no portal: <https://protocolointegrado.gov.br/Protocolo/>, informando o número do protocolo.

Em setembro de 2015, o Instituto foi declarado como Órgão de Utilidade Pública Federal (UPF) pelo Ministério da Justiça, possibilitando portanto aos doadores a dedução até o limite de 2% do lucro operacional da pessoa jurídica doadora antes de computada a própria dedução, observadas as demais regras aplicáveis a doação desta natureza.

Em 31 de dezembro de 2021 o Instituto registrou o montante de R\$ 384 Mil, referente à trabalhos voluntários dos membros integrantes de órgãos da administração (R\$ 120 Mil em 31 de dezembro de 2020).

1.1 Impactos Covid-19

Em virtude da pandemia do Covid-19, em 17/03/2020 foram adotados procedimentos de aulas 100% on-line até setembro de 2021, em atendimento as recomendações dos órgãos competentes. O Instituto J&F ofereceu todo suporte e condições a seus colaboradores para o cumprimento de suas atividades de forma home office, com isso não houve prejuízos aos processos e ao ano-calendário letivo da Escola Germinare.

As escolas particulares teve autonomia para fazer o próprio planejamento, respeitando os limites legais e os protocolos do Plano SP. Considerando que a nossa escola garante uma educação remota de qualidade e fornece os equipamentos tecnológicos aos alunos mantivemos as aulas on-line até 30/09/2021.

Com a retomada das aulas presenciais em outubro de 2021, o Instituto J&F cumpriu rigorosamente o protocolo recomendado pela Secretaria de Educação de São Paulo.

Nesse contexto foi concluído o projeto das salas digitais iniciados em 2020 e enquanto a escola se encontrava em modo on-line, o Instituto J&F realizou investimentos em sua estrutura, ampliando sua capacidade de atuação através dos projetos atuais e futuros, vide Nota explicativa 6 – Imobilizado.

2 Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica "Entidades sem Finalidade de Lucros - ITG 2002 (R1)", e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que o Instituto conseguirá cumprir com sua obrigações de pagamentos, considerando a manutenção de suas doações.

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio de resultado.

c. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Instituto. Todas as informações financeiras apresentadas em reais, foram arredondadas para a unidade mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

e. Avaliação do valor recuperável dos ativos

O Instituto J&F efetua, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, a fim de que sejam registradas as perdas de valor do capital aplicado, quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para a recuperação desse valor (impairment), e revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada para cálculo da depreciação, exaustão e amortização.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

3 Principais políticas contábeis

Os critérios adotados para a elaboração das demonstrações contábeis consistem basicamente no seguinte:

a) Apuração do superávit ou déficit e reconhecimento das receitas e despesas

As receitas de doações, pela sua natureza e periodicidade variáveis, são identificadas e contabilizadas por ocasião do seu efetivo recebimento pelo Instituto, em função da impossibilidade de precisão dos valores e datas de recebimento.

As despesas são apuradas em conformidade com o princípio contábil do regime de competência.

b) Instrumentos financeiros

i. Reconhecimento e mensuração inicial

Todos os ativos e passivos financeiros (a menos que seja contas a receber de clientes e títulos de dívida) são reconhecidos inicialmente quando o instituto se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensurados inicialmente ao preço da operação.

ii. Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao Valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o instituto mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a empresa pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros resultados abrangentes. Essa escolha é feita investimento por investimento.

No reconhecimento inicial, a empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
--	---

Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros

O CPC 48, o modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

Para as aplicações financeiras, caixa e equivalentes de caixa, o Instituto não obteve efeitos relevantes nas perdas de crédito, dado que as aplicações são realizadas em bancos de primeira linha.

Ativos financeiros não derivativos reconhecimento e desreconhecimento

O Instituto reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é data na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Instituto desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Instituto nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, o Instituto tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2021, incluindo operações de hedge.

Arrendamento Mercantil

O Instituto avaliou os contratos de aluguel "Programa Carreira Acelerada", no qual refe-se a aluguel de apartamentos para ex-alunos, que por sua vez não se enquadram na regra do CPC 06.

c) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável acumuladas, quando necessárias.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

Custos subseqüentes

Gastos subseqüentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Instituto. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e comparativas estão apresentadas na nota explicativa 8.

d) Intangível

Os ativos intangíveis compreendem aos softwares e são mensurados pelo custo total de aquisição. A amortização foi calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

e) Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo.

f) Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

g) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

h) Provisões e provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

i) Receitas e despesas financeiras

A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem, basicamente, as despesas bancárias e são registradas pelo regime de competência

j) Demonstrações dos fluxos de caixa

A demonstração do fluxo de caixa foi elaborada pelo método indireto partindo das informações contábeis, em conformidade com as instruções contidas no CPC 3 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa.

Receita

1) **Receita de doações**

As doações e contribuições, por sua natureza espontânea, são reconhecidas quando do efetivo recebimento dos recursos.

2) **Voluntariado**

O Instituto obedece rigorosamente à legislação fiscal vigente, que determina que as entidades sem finalidade de lucros estão impedidas de remunerar seus administradores. Entretanto, conforme requerido pela ITG 2002 (R1), o valor atribuído ao trabalho voluntário realizado pelos Conselhos de Administração, Consultivo, Fiscal e Regional e Comitês, e por outros voluntários foi contabilizado como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro e uma doação pelos Conselheiros e integrantes dos Comitês, e por outros voluntários, respectivamente (despesa e receita no mesmo montante). Na mensuração desses serviços, foi utilizado o valor justo percebido.

4 Adoção das normas de contabilidade novas e revisadas

4.1 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

a. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados a partir de 2022.

As normas alteradas e interpretações citadas a seguir, não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis do Instituto.

Reforma do índice de referência da taxa de juros	Alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 6
Impactos da COVID-19 nas concessões de aluguel	Alterações ao CPC 06
Contratos Onerosos - Custo de cumprimento de um contrato	Alterações ao CPC 25
Imobilizado: receita antes da utilização pretendida	Alterações ao CPC 27
Referência à estrutura conceitual	Alterações ao CPC 15
Classificação de passivos circulantes ou não circulantes	Alterações ao CPC 26

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pelo Instituto.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.21	31.12.20
Aplicação Financeira - Comcor	961	-
Banco conta movimento	246	18
	1.207	18

As aplicações financeiras no curso de 2021 são de liquidez imediata e realizadas com banco de primeira linha, cuja a rentabilidade está atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI) . O rendimento médio aproximado em 2021 foi de 99% do CDI.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

6 Adiantamento à Fornecedores

	31.12.21	31.12.20
Compra de uniformes para entrega futura	362	294
Adiantamento à fornecedores de materiais	263	10
Adiantamento eventos folha de pagamento	114	67
Seguros a recuperar	-	35
	738	405

7 Outros ativos circulantes

	31.12.21	31.12.20
Crédito referente a uniformes esportivos	710	787
Despesas à apropriar	1	1
	711	789

8 Ativo imobilizado

Os itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment)

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado por perda de valor recuperável, quando o valor contábil é superior ao valor recuperável estimado. O valor recuperável é o valor mais alto da estimativa entre o preço de venda líquido dos ativos e o seu valor em uso.

O saldo de obras em andamento representa os investimentos com ampliação, modernização e adequação da unidade visando a manutenção, maior produtividade e obtenção de novas certificações exigidas pelo mercado. Quando da conclusão e início da operação desses ativos, os mesmos são transferidos para adequada conta do ativo imobilizado, sendo reconhecida a partir desse momento a depreciação dos bens.

	Taxas médias anuais de	31.12.21			31.12.20
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	7%	3.207	(1.138)	2.068	1.361
Equipamentos de comunicação	10%	57	(41)	16	25
Instalações	5%	1.691	(279)	1.412	866
Maquinas e equipamentos	17%	1.237	(455)	782	647
Equipamentos de informática	17%	10.716	(3.451)	7.264	1.675
Edificações	2%	13.158	(2.262)	10.896	9.417
Obras em andamento	0%	44.136	-	44.136	4.559
Adiantamento de Imobilizado		12.428	-	12.428	-
		86.630	(7.626)	79.003	18.550

Movimentação do ativo imobilizado	31.12.20	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	31.12.21
Móveis e Utensílios	1.361	468	(90)	557	(227)	2.069
Equipamentos de comunicação	25	-	-	-	(9)	16
Instalações	866	-	-	603	(57)	1.412
Maquinas e Equipamentos	647	206	(12)	-	(59)	782
Equipamentos de Informática (*)	1.675	3.518	-	3.450	(1.379)	7.264
Edificações	9.417	-	-	1.737	(257)	10.896
Obras em Andamento (**)	4.559	46.098	(166)	(6.355)	-	44.136
Adiantamento de Imobilizado (***)	-	12.428	-	-	-	12.428
	18.550	62.718	(268)	(8)	(1.988)	79.003

(*) O aumento em equipamentos de informática se deu em virtude dos investimentos na padronização digital da salas de aulas proporcionando uma educação híbrida. Promovemos a aquisição de notebooks para 100% dos alunos.

(**) Realizaram uma reforma completa na Escola Germinare, construíram um prédio de sete andares e uma passarela de interligação entre os dois edifícios de três pavimentos, totalizando mais de 11.000 m². O edifício administrativo será destinado a administração da Escola, Instituto J&F e Novos Projetos. Cada pavimento do prédio contém 525 m², com uma estrutura moderna e adequada para suas determinadas atividades.

(***) Adiantamento para aquisição de elevadores, escada rolante, painel de led, estrutura metálica, vidros, entre outros.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

9 Intangível

	Taxas médias anuais de	31.12.21			31.12.20
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Software	10%	3.798	(81)	3.717	9
		3.798	(81)	3.717	9

Movimentação do ativo intangível

	31.12.20	Adições	Transferência	Baixas	Amortização	31.12.21
Software (*)	9	3.722	8	-	(23)	3.717
	9	3.722	8	-	(23)	3.717

(*) A plataforma digital denominado "Odette" irá atender a escola como um todo, desde a gestão pedagógica até a gestão administrativa escolar. Concentrando todos os dados em um único lugar, gerando histórico e gerando informações para monitoramento em tempo real do que está acontecendo nas salas de aula.

A plataforma está sendo desenvolvida para atender a Escola de Negócio e Técnico, mas poderá ser personalizada para atender projetos futuros do Instituto. Algumas funcionalidades como cadastro de pessoas, já atenderá outros projetos do instituto que co-relacionam com a escola Germinare, como por exemplo: Escola da família, comunidade entre outras.

Com um cadastro único e centralizado, a plataforma terá todo o histórico do aluno desde sua admissão, até suas avaliações quando colaborador, criando a jornada do Germinare.

Prazo de início previsto em fevereiro/22, com vida útil definida (amortização) para 10 anos.

10 Fornecedores

	31.12.21	31.12.20
Obras em andamento	7.142	1.721
Materiais e serviços	457	222
	7.599	1.943

11 Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

	31.12.21	31.12.20
Salários e encargos Sociais	7.238	873
Provisões e encargos	1.891	714
PPR (*)	-	468
PIS e COFINS a recolher	97	14
ISS a recolher	27	-
Imposto de renda e contribuição social retido na fonte a recolher	1.385	709
Outros	-	4
	10.638	2.782

(*) A Política de PPR é realizado mediante convenção coletiva, negociado com o Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Empresas de Serviços Contábeis no Estado de São Paulo.

12 Provisão para contingências

O Instituto no curso normal dos seus negócios, está sujeito a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. O Instituto, apoiado na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentado em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa de desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para riscos processuais. Com base nessa avaliação, ao término de 2021 o Instituto não possui processos judiciais de quaisquer natureza.

13 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido do Instituto poderá ser formado pelos superávits e/ou déficits acumulados e compreende o saldo inicial acrescido ou reduzido dos valores de superávit e déficit do período, destinados à manutenção de seu objeto social.

Em caso de extinção ou desqualificação do Instituto, seu patrimônio, legados ou doações, assim como eventuais excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão revertidos para outra

entidade que contenha fins idênticos ou similares aos objetivos sociais do Instituto, ou ainda, será revertido para entidades públicas, conforme previsto no artigo 26 do estatuto social.

14 Receitas

	31.12.21	31.12.20
Pessoa jurídica - Mantenedor (*)	101.233	22.721
Pessoa jurídica - Terceiros	1	2
Doações de serviços	-	62
Pessoa física - Terceiros	1.094	720
	102.328	23.504

(*) Aumento representativo na conta contábil "Receitas Pessoa Jurídica - Mantenedor", devido a construção do novo prédio administrativo do Instituto J&F e reforma e modernização do prédio da Escola Germinare.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

15 Custo e Despesas Operacionais (Educação)

	31.12.21	31.12.20
Salários e encargos	(33.805)	(11.882)
Material de uso e consumo	(2.156)	(527)
Despesas com prestação de serviços	(2.358)	(373)
Perdas e Ajustes de Estoque	(8)	(17)
Manutenção e conservação	(342)	(141)
Feiras e eventos	(1.653)	(524)
Projetos Educacionais (*)	(3.565)	-
Aluguel de Imóveis	(520)	(275)
Aluguéis de Veículos	(14)	-
	(44.421)	(13.740)

(*) Doações para o Projeto Comunidade (Escolas públicas e Municipais da região Oeste de São Paulo) R\$ 2,462 Milhões, Doação para a Escola de Teatro Bolshoi R\$ 1 Milhão e R\$ 101 mil referente ao projeto educacional voltado ao mercado financeiro para jovens investidores em conjunto com a B3.

16 Despesas administrativas e gerais

	31.12.21	31.12.20
Salários e encargos	(3.117)	(2.831)
Material de uso e consumo	(69)	(7)
Despesas com prestação de serviços	(284)	(6.853)
Depreciação e amortização	(2.011)	(1.188)
Manutenção e conservação	(8)	(50)
Feiras e eventos	(109)	(20)
Despesas com taxas e anuidades	(156)	(16)
	(5.768)	(10.993)

17 Resultado financeiro líquido

	31.12.21	31.12.20
Receitas Financeiras		
Juros ativos	19	72
Descontos Obtidos	11	1
	30	73
Despesas Financeiras		
Tarifas bancárias	(13)	(3)
Juros passivos	(10)	(2)
	(23)	(6)
	7	67

18 Remuneração da Administração

O Instituto não concede, aos dirigentes estatutários, nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

19 Instrumentos financeiros

O Instituto opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício o Instituto não efetuou operações com derivativos.

Instrumentos financeiros "Não derivativos"

a. Classificação dos instrumentos financeiros.

O CPC 40 (R1) define o valor justo como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou o preço pago para transferir um passivo (preço de saída) no principal mercado, ou no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo, numa transação normal entre participantes do mercado na data de mensuração, bem como estabelece uma hierarquia de três níveis a serem utilizados para mensuração do valor justo, a saber:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2 - Outras informações, exceto aquelas incluídas no nível 1, pelo qual os preços cotados (não ajustados) são para os ativos e passivos similares, (diretamente como preços ou indiretamente como derivados dos preços), em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado.

Nível 3 - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos (não observáveis).

A metodologia aplicada para cálculo do valor justo é levar a valor futuro pela curva do CDI considerando o percentual do indexador contratado e depois trazer a valor presente descontando por 100% da curva do CDI, já quando há operações de moeda estrangeira levar a valor futuro pela taxa Pré contratada e trazer a valor presente descontando pela curva do cupom cambial (diferencial da taxa de juros interna e da variação cambial projetada) a partir da taxa do dólar PTAX de venda do dia útil anterior à data base do cálculo (conhecido no mercado financeiro como "Cupom Sujo").

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos classificados em outras categorias além das informadas.

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2021, o Instituto está sujeito ao fator de:

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Abordagem do Instituto na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Instituto. Cabe ressaltar, que para cumprir suas obrigações a mantenedora deverá prover os recursos conforme orçamento anual.

20 Cobertura de seguros

O Instituto adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e relevância. Os valores segurados são considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, são definidas pela Administração do Instituto, para fazer face a riscos decorrentes de sua operação, que possam impactar a estrutura e a operação. Em 18 de março de 2022 o instituto renovou a sua apólice de seguro, sendo R\$ 70 MM o Limite Máximo Indenizável (LMI) de cobertura em caso de sinistros relativos ao Imóvel e Máquinas, Móveis e Utensílios (MMU).

21 Tributos e contribuições (renúncia fiscal)

Imposto de renda e contribuição social

Em atendimento ao item 27 letra "c" da ITG 2002 (R1) Entidades sem fins lucrativos, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, incidentes sobre a receita (ISS de 5% e PIS/COFINS 3,65% - regime cumulativo deduzido do PIS folha de pagamento recolhido no exercício); e incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSSL 34%).

O Instituto não tem a obrigação de escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

As declarações de isenção do imposto de renda, as quais o Instituto está obrigado a apresentar anualmente, estão sujeitas à revisão e à aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciário-trabalhistas, bem como prestação de contas da Administração referente a períodos prescricionais variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação final por autoridades fiscais e normativas ou órgãos fiscalizadores.

22 Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes até a data da aprovação das demonstrações contábeis.

23 Aprovação das demonstrações contábeis

A aprovação destas demonstrações contábeis ocorreu na reunião da Diretoria realizada em 15 de junho de 2022.

Joesley Mendonça Batista
Diretor Presidente

Wesley Antonio Mendonça
Contador
CRC SP 299039/O-8

* * * * *